

# A exclusão não está longe daqui: a natureza como potencial operador biopolítico em algumas etapas da formação do Brasil

*The exclusion is not far from here: the nature and potential operator biopolitical in some stages of the formation of Brazil*

LUIS FERNANDO BENEDEZI\*  
ROBERTO VECCHI\*\*



**RESUMO** – Em processo marcado por elementos de continuidade e descontinuidade, problemáticos, mas perceptíveis, a “exclusão” fez parte do processo formativo do Brasil, seja em âmbito colonial seja em âmbito pós-colonial. Nesse sentido, e nos diferentes momentos históricos, a natureza funcionou como um meio que hoje poderíamos definir conceitualmente “biopolítico” na estruturação de dinâmicas de soberania e poder. De certa maneira, os discursos produzidos acerca da natureza e dos elementos que a compõem, participam de uma dinâmica complexa de elaboração de narrativas, que se apresentam enquanto um ato de verdade e um instrumento pedagógico de construção e direcionamento do olhar do homem hodierno. Como objeto central do presente artigo, levando em conta essa dimensão de produção do “real” e de controle sutil do “bíos”, busca-se analisar as relações presentes em diferentes fenômenos histórico-sociais que fundam e (re)fundam um ambiente brasileiro – a colonização e a imigração/colonização – em sua relação com os instrumentos de controle e regulação ativados em situações de exercício do biopoder. Partindo de uma problematização teórica sobre o caráter da colonização na primeira modernidade, a análise individua alguns traços precursores e problemáticos de uma técnica de governo dos viventes dentro do discurso colonial do século XVI. No que se refere ao momento do fenômeno imigratório de massa, de finais do século XIX, procura-se entender os mecanismos de fundação de uma imagem de civilidade e civilização, os quais transitam pela exclusão e destruição daquilo que é autóctone, em uma relação de exercício do poder, a partir de um excluído que constrói espaços excludentes.

**Descritores** – Colonizações; exclusão; biopoder; formação; paisagem.

**ABSTRACT** – In a process marked by elements of continuity and discontinuity, problematics and to be thought, even though perceptibles, the “exclusion” made part of the Brazilian Nation building process, in colonial and post-colonial spheres. In this sense, and in different historical moments, the nature works as a way that nowadays we can define conceptually as “biopolitic” in the production of sovereignty and power dynamics. The discourses produced about the nature are part of a complex dynamic of narratives elaboration that present themselves as a truth act and a pedagogical instrument in the construction of the modern man’s glance. As the main object of this article, considering this aspect of the production of the “real” and of the “bíos” subtle control, we try to analyze the relationships presents in the different social and historical phenomenon that found and (re)found a Brazilian environment – the colonization and the immigration/colonization – related to the control and regulation instruments activated in the situations of biopower practice. The analysis, that depart from a theoretical interrogation about the mettle of the colonization in the first modernity, specify some precursor and problematics traces of a technical of the government of the life in the colonial discourse of the 16<sup>th</sup> Century. In relation to the moment of the mass immigration phenomenon, in the end of the 19<sup>th</sup> Century, we try to understand the foundation mechanisms of a civil and civilization image in which cross the exclusion and the destruction of the native things, in a practice of power that presents as the departure point an excluded that builds spaces of exclusion.

**Keywords** – Colonization; exclusion; biopower; formation; landscape.

---

\* Doutor em História. Professor de História e Instituições da América Latina, Universidade de Veneza, Itália. E-mail: [luis.beneduzi@unibo.it](mailto:luis.beneduzi@unibo.it)

\*\* Doutor em Estudos Portugueses e Brasileiros. Professor de Literatura Portuguesa e Brasileira, Universidade de Bolonha, Itália. E-mail: [roberto.vecchi@unibo.it](mailto:roberto.vecchi@unibo.it)

Artigo recebido em: abril/2009. Aprovado em: junho/2009.

## PREÂMBULO

As semantizações da natureza foram, desde os primeiros gestos fundadores da colonização, a matriz compósita e não uniforme de um processo amplo, arrasador, assimétrico, de apropriação da terra, em nome de um presumido *nomos* cultural-cultural-colonial (BOSI, 1999, p. 11-19) levado pelos portugueses. Foi, de certo modo e em chave sintética, uma *formação*, não só de uma colônia que depois virou, problematicamente pelos resquícios não diluíveis da sua condição primordial, nação, mas conceitualmente o que Michel Foucault definiu, em uma famosa entrevista sobre a geografia, um território. Ou seja, não só no sentido de ordem territorial (*Ortung*), mas bem mais como metáfora espacial que mostra uma relação com o poder, sendo o território uma categoria espacial jurídico-política (FOUCAULT, 1977, p. 152), adequada para mostrar a latência-ilatência de um paradigma político.

As operações realizadas sobre a natureza, como talvez bem ateste a vertente telúrica da literatura brasileira melhor do que muitos documentos, foram decisivas para o exercício da soberania e do poder. O que anima a presente discussão é a ideia de que, partindo de uma leitura teórica das reconfigurações da natureza em território, é possível pensar de uma maneira não primária nos mecanismos de exclusão que se foram depositando na genealogia de sociedades autoritárias que se recompuseram no Brasil.

O horizonte da colonização assumiu na discussão um perfil dual. No sentido que a colonização “originária” (do ponto de vista, parcial e impróprio, da subjetividade européia) depositou signos primordiais que depois acabaram por marcar permanências não estáticas – como podemos defini-las agora – dentro da história política do Brasil. Assim como a colonização que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, morfológica e ontologicamente outra em relação à anterior, pela imissão de um amplo contingente de mão-de-obra imigrada oriunda da Europa, acabou por (re)plasmar o território a partir de outras determinantes culturais e coloniais.

Fica à margem, neste debate – cujos resultados se encontram ainda num estado provisório, mas que, inclusive por isso, merecem uma abertura dialética em termos de discussão – a “colonização” (as aspas marcando a impropriedade da definição) “desde baixo”, representada pelo impacto enorme que o *Black Atlantic*, no sentido de Paul Gilroy, teve na formação do Brasil, isto é, a inestimável, embora trágica, deportação da mão-de-obra escrava, do papel do negro enquanto subalterno na formação de uma ainda mais rígida sociedade de classes. Contribuições recentes reconfiguraram o próprio conceito de uma formação exclusivamente limitada ao “território” da nação, mas cujos apêndices, pelo contrário,

afundados fora, na África, ou no sal do Atlântico Sul. (ALENCASTRO, 2000, p. 9)

No entanto, o hiato não impede de refletir sobre as continuidades e as descontinuidades que se sucederam na regulação dos dispositivos de poder. A natureza, como material, e a paisagem, como conceito híbrido e exposto aos jogos de forças que atravessam os campos sociais e simbólicos, abrem-se para o questionamento das narrativas que contribuíram a forjar.

Nesse sentido, é interessante pensar em imagens “expostas”, considerando a congruidade etimológica que conjuga exposição e exceção – ambas caracterizadas pelo exercício do poder soberano de “pôr por fora”, através de um ato de exclusão inclusiva. A conexão, no entanto, merece ser pensada e discutida. Entender a história do Brasil como uma teleologia de exclusões não permite, de fato, distinguir as variações que se insinuam na permanência, a diferença nas repetições dos modelos autoritários. Exíguas ou macroscópicas, se repensadas, elas podem funcionar, de certo modo, como o que Paolo Virno chama de um “anacronismo diferencial”, proporcionando a possibilidade efetiva de resgate histórico (VIRNO, 1999, p. 30-31). É o que se vai tentar fazer nas notas que seguem.<sup>1</sup>

## COLONIZAÇÃO/COLONIZAÇÕES: CONCEITOS E INÍCIOS

Numa brilhante síntese, Marilena Chauí, por ocasião do quinto centenário da descoberta do Brasil, extrapolou, declinando de modo próprio fundação e formação, uma chave interpretativa densa e complexa. A ideia que os mitos da fundação do Brasil colônia, nos primórdios, já continham sutis mecanismos de exclusão, em cuja articulação histórica, ao longo da formação, se plasmariam os pressupostos da secular sociedade autoritária (CHAUI, 2000, p. 89). As operações originárias desse processo ocorreriam a partir do exercício de um poder teológico-político introduzido pelo colonizador, que, através de uma tecnologia simbólica própria e ocidental, promove uma sagração da natureza que inscreve o Novo mundo na enciclopédia de símbolos do Velho. Não se trata só da transcrição das marcas edênicas na natureza do mundo “achado” que provoca de imediato uma turbulência representativa do território (a insularidade mental que delimita o infinito espacial, já *sacralizando*, no sentido de isolar e aparatar, o embrião colonial, como se depreende bem da Carta de Pêro Vaz de Caminha). O posicionamento crítico da filósofa sobre o mito fundador, de fato, relê as múltiplas narrativas de formação que procuram dar conta das transformações e trânsitos da colônia, individuando no campo simbólico algumas permanências históricas decisivas para as ordens do Brasil contemporâneo.

Derivam, como consequência desta reconfiguração conceitual do mito de fundação excludente, marcando os inícios do surto da colônia, algumas reflexões importantes a fazer, que conectam e combinam três panos de fundo críticos sobre os quais devemos nos interrogar.

O primeiro elemento por destacar é que o eixo das continuidades não ocorre no campo histórico, mas no campo simbólico. O recurso à narrativa ou à imagem do mito desloca, de fato, para o nível das representações, o horizonte das práticas do poder colonial. Trata-se, como a crítica cultural portuguesa bem evidenciou em uma discussão não imune de polêmicas (por exemplo, a contra leitura sociológica de SANTOS, 1993, p. 49-50), do papel essencial que *factum* e *factum*, mito e história, instituem desde a própria fundação de Portugal (LOURENÇO, 1992, p. 19), fazendo com que a história do país periférico da Europa, titular de um império hipertrófico, sempre deva transitar pelo meio cultural, para a exegese das suas sutis e retortas dobras históricas.

Esta condição originária introduz logo um segundo fator complexo na fixação de uma problemática dos inícios, que repercute ao longo da formação colonial, que se poderia sintetizar numa anfibologia constitutiva, ou seja, o caráter, ao mesmo tempo, arcaico e moderno de uma colonização, ao mesmo tempo, simbólica e material. Embora evada os limites da presente discussão, chama-se atenção sobre a complexidade de uma leitura de dois gumes. Por um lado, Portugal atualizou o espírito medieval, reinscrevendo-o na idade moderna. Os modos feudais e as ideologias de cruzada e cavalaria com que simbolizou a construção acelerada do império asiático e, depois, da colônia brasileira são o marco de uma fundação cujo olhar era totalmente retrospectivo em relação à consciência de um mundo fechado, teocrático, no qual prevalecia o *nomos* da terra da ordem tradicional. Por outro lado, hoje, em sede interpretativa, as condições materiais com que ocorreu o colonialismo português na primeira modernidade europeia, mas não só, ou seja, uma exiguidade de força em relação aos espaços por colonizar, determinou condições singulares que antecipam a modernização das tecnologias de construção e afirmação dos poderes imperiais.

É problemático e, ao mesmo tempo, arriscado falar nas práticas endossadas pelos portugueses como uma modernidade, por assim dizer, precoce ou até involuntária. Antes pelo desvio aparentemente transhistórico que proporciona, projetando para um plano de complexa documentabilidade a questão, em segundo lugar pelos riscos de (re)uso ideológico que as mitologizações das origens e das fundações – como esta de certo modo acaba sendo – sempre implicam e a história das ideias do século XX sanciona, pelo surto de revisões valorativas das singularidades. Como, por exemplo, ocorreu com o

lusu-tropicalismo mutuado, justamente em uma narrativa colonial sobre o Brasil, como a de Gilberto Freyre, pelo regime salazarista (ALMEIDA, 2000, p. 238 e SANTOS, 2006, p. 231-232). No entanto, apesar do perigo de deformações, vale a pena observar como o escasso contingente colonial perante a construção de um imenso território ativa uma tecnologia própria – econômica – de uso do poder, com a conversão de um domínio territorial em um domínio simbólico – também em parte populacional – mas, sobretudo, conotado pelo índice de vigor de uma narrativa atlântica da nação, disseminada pelos mundos dados ao Mundo. Seria assim, nessa reconfiguração conceitual complexa e em discussão (VECCHI, 2007, p. 179-180), que, por insuficiência ou falta, surgiria uma contingente revisão da soberania colonial que, pensada dentro dos moldes arcaicos de domínio, se modernizaria em suas formas e, sobretudo, em seus procedimentos, a partir de uma base empírica que decorre de um colonialismo estrutural e historicamente grácil, votado a uma reprodução das condições subalternas da metrópole que o engendrou. Um pródromo da semiperiferia, em suma, que se afirmará nos séculos seguintes e marcará outras passagens complexas como a do Atlântico para a Europa. (SANTOS, 2006, p. 231)

Nas práticas coloniais em que o movimento de desterritorialização espacial e física e reterritorialização simbólica e ideológica ocorre ocupando a natureza, mas também agindo sobre ela com um movimento de soberania baseado não só na exclusão, mas num exercício mais complexo, de sacralização e bando, diríamos, próximo do que modernamente chamamos de exceção (o clássico enquadramento de AGAMBEN, 1995, p. 21-23), temos sintomas já na aurora colonial do Brasil, o que motiva a forte imagem sintética de Chauí de uma fundação mítica da exclusão, que depois se instalará e reproduzirá em muitas época seguintes.

É nesta passagem que surge, assim, o terceiro e decisivo ponto problemático da reflexão sobre uma possível antecipação, no colonialismo português, de virtualidades que poderiam remeter a um proto exercício de biopoder, o recurso a técnicas de governo baseadas na vida. Trata-se das conexões entre biopolítica e modernidade que impediriam uma inscrição mecânica – sobretudo, não pensada, em casos como o da colonização do Brasil – da ferramenta crítica do biopoder. Efetivamente, sobretudo depois do gesto de reconfiguração do conceito de biopolítica, por parte de Foucault, na década de 70, (ESPOSITO, 2004, p. 6-16 e CUTRO, 2005, p. 16-25) fica assente que na combinação das duas coordenadas, poder e sujeito, o filósofo francês codifica uma diferença irreduzível entre o animal político aristotélico e o homem moderno como animal, em cuja política o que está posto em questão é a sua vida de ser vivente (FOUCAULT, 1988, p. 127). Não

somente, mas também em outras contribuições seminais, como aquela de Hannah Arendt, anteriores à eclosão do debate sobre o biopoder (*Vita activa*), quando ocorre um confronto entre o mundo clássico e o mundo moderno, as diferenças que se definem, por exemplo, entre pensamento e constituição biológica, entre *vita contemplativa* e *vita activa*, mas em muitos outros âmbitos, também, é uma inversão de ordem hierárquica radical (ARENDDT, 1988, p. 214).

É Roberto Esposito que recentemente enfrentou o problema do “tempo” da biopolítica, a partir da ambiguidade das periodizações foucaultianas sobre o conceito, que não se resolveram ao longo de uma reflexão seminal, bruscamente interrompida. De fato, se a biopolítica surgisse no escoamento da soberania, o que pressuporia, portanto, o seu fim, ela se inscreveria predominantemente na época moderna ou até pós-moderna. Se, pelo contrário, como o filósofo alude em outros discursos, ela se incorpora ao regime soberano enquanto articulação, ela afundaria suas raízes bem mais profundamente, coincidindo, de certo modo, com a política e agindo sobre a vida desde a antiguidade. O filósofo italiano, que opta pela primeira hipótese interpretativa, cita o caso dos escravos como exemplo extremo de como o poder tenha entrado em profundidade na vida biológica, no corpo sujeitado ao poder despótico e totalmente disponível para as vontades dos patrões, assim como o mesmo se poderia dizer do poder de vida e morte do *pater familias*, no contexto privado da cultura familiar na Roma antiga (ESPOSITO, 2004, p. 49). A conexão com a modernidade surgiria a partir de um outro paradigma, baseado no conceito de imunidade, em que o termo *immunitas* se põe, inclusive lexicalmente, em oposição ao termo *communitas*, enquanto conceito negativo e comparativo, rompendo o círculo social da doação recíproca que forma a comunidade. No paradigma imunitário moderno, vida e política são as partes de um conjunto que adquire força só na sua conexão e aponta para a imunização como uma proteção negativa da vida: nesse contexto, o que é imunizada “é a própria comunidade numa forma que ao mesmo tempo a conserva e a nega”. (ESPOSITO, 2004, p. 48)

No entanto, a questão não está assente e é possível, de acordo com a relação que estabelecemos com o poder e a soberania, detectar elementos biopolíticos em contextos históricos anteriores à modernidade. Não é por acaso que a figura conceitual chave que expressa a “vida nua” e o fundamento do poder soberano no pensamento do filósofo que mais se comprometeu para aprofundar a lição de Foucault e definir parte dos nós teóricos que tinham ficado em aberto, Giorgio Agamben, é extrapolada de um contexto remoto, drasticamente longínquo das temporalidades heterogêneas da modernidade, como a

do *homo sacer*, que o gramático Sexto Pompeu Festo retirara do direito romano arcaico (AGAMBEN, 1995, p. 79). Se, portanto, é só na modernidade que a vida biológica vai ocupar o centro da cena política, não por isso potenciais operadores do biopoder não podem ser detectados em épocas anteriores, embora a localização dessas tecnologias políticas deva sempre ser referenciada e localizada, e o seu vínculo conceitual criticamente exposto e discutido.

É o que ocorre por ocasião da colonização do Brasil, por parte do reino de Portugal, que no futuro criaria uma assimetria macroscópica na relação colonial. Nisto é possível identificar, como faz Chauí, a partir da ideia de um mito fundador originário, os traços de permanência de dispositivos de exclusão que, dentro e fora da modernidade, repercutirão nas relações de poder, que, através de modos diferenciados, nunca deixarão de produzir o círculo da “vida nua”.

No caso do século XVI, sincronicamente à colonização do Brasil, a natureza desempenha um papel chave na construção da ferramenta básica para o exercício de um poder colonial que manuseia vida e viventes para se afirmar. Na construção territorial da colônia, as topografias que incorporaram o espaço dentro da esfera da soberania colonial não foram de maneira alguma simplórias ou extemporâneas, mas procuraram numa figuralidade do mundo novo, cujo meio dominante era o controle das representações da natureza, as formas mais exploratórias de apropriação e uso de recursos, a partir da subjugação do índio autóctone, do *gentio*. A edenização da natureza e a sucessiva sacralização do índio, expulso da paisagem natural e inscrito e traduzido dentro da história, uma história alheia e deslocada em outros mapas do imaginário, foram parte de um processo simbólico por nada ingênuo ou acidental, mas virado para o governo pelos viventes do território.

A estratigrafia do processo é articulada e sua reconstrução pode ocorrer a partir de um paradigma indiciário. No entanto, capta-se facilmente um divisor essencial biológico na construção da colônia – que, no caso do Brasil, foi tardia, mais de três décadas depois do desembarque cabralino – no contexto do século XVI. Esquemáticamente, dentro de uma figuralidade, pelo contrário, muito mais densa e articulada, mas com o valor de exemplo, portanto, de “acesso lateral” ao conhecimento das tecnologias de poder do tempo, emerge com evidência uma variação no processo de representação da natureza, entre os primórdios do Brasil e as fases de construção da colônia algumas décadas mais tarde. Os discursos funcionam como sismógrafo de uma turbulência de imagens impostas ao outro, proporcionando um diagrama do poder colonial.

Isto é possível também porque o evento do primeiro desembarque no Brasil, por ocasião da viagem da frota

de Pedro Álvares Cabral dirigida para as Índias, é, contrariamente ao que acontece pela penúria documentária, atestado através de diferentes testemunhos. O mais relevante é certamente a célebre *Carta do “achamento”* do escrivão-mor, Pêro Vaz de Caminha, que ficou inédita até 1817, quando foi publicada no Brasil por Manuel Aires do Casal. Nesse texto auroral, encenam-se alguns gestos fundadores da futura imaginação do Brasil: a relação colonial já está lançada, a dominação cultural, cultural e colonial desloca os indígenas do pano de fundo da natureza luxuriante para o tempo da crise ideológica e mental do ocidente cristão, em nome de uma possível palingenesia toda endôtica que apaga ou altera o tempo do outro, o esquema servidor/patrão, já esboçado e praticado, o índio inscrito num limiar da natureza; mas, sobretudo, se representa, dentro de um processo vasto de idealização do novo mundo, a realidade através de um sentido ancípite, próprio e figurado, marcando, no entanto, como próprio o sentido metafórico, e não o sentido literal (PIZZORUSSO, 1978 e SANTIAGO, 1982). A edenização coincide com a criação das primeiras imagens e alimentará por séculos o imaginário de um Brasil edenizado e figural. Os olhares, portanto, são fundadores, embora o campo visual seja um campo fortemente perturbado e disputado, enquanto representação, pela presença e interferência de códigos pelo menos duais, ou múltiplos, de leitura e representação do mundo. A topografia da natureza e a localização do índio em relação a ela sofrem uma drástica revisão, no momento de arranque do programa da colônia.

Um registo exemplar e comparativo desta alteração funcional na articulação do poder colonial pode ser encontrado, pelo menos em função do reconhecimento sinóptico que aqui se propõe, na primeira historiografia publicada sobre o Brasil, de Pêro de Magalhães de Gândavo, a *História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*, de 1576. A obra do humanista de Braga reúne, nesse sentido, algumas das virtualidades técnicas de um governo dos viventes, a partir de operações realizadas predominantemente no plano simbólico. Ela surge por um processo de re-escrita, a partir então de um ato de adequação da matéria às condicionantes do domínio colonial, de dois palimpsestos inéditos, fora do esquema da historiografia humanista e orientados para finalidades práticas, o *Tratado da Província do Brasil*, e a sua versão ampliada, o *Tratado da Terra do Brasil*. O investimento dos *Tratados* se dirige sobretudo para o objetivo de propagandear entre os “reinóis” as vantagens da emigração de Portugal para a colônia. O aparato edênico, até então articulado na textualização do território da colônia, por tipologias diferenciadas de cronistas, é funcional a esta finalidade. Mas também, e ao lado, é disponível um outro arsenal simbólico elaborado no contexto histórico da colônia, que

inscreve como limítrofes dois espaços opositivos, o éden e o inferno. A ferramenta é vasta e tem a ver, sobretudo, como ressalta Laura de Mello e Souza, com o re-uso ou o uso condicionado de dois códigos antitéticos presentes na cultura renascentista europeia, um exaltando o retorno do mito da idade do ouro, outro negando esta atualização (SOUZA, 1988, p. 44), o que tornaria ambivalente, contraditória e heterogênea a tópica do *locus amoenus* humanista.

Na construção da paisagem da colônia, a representação da natureza se torna, assim, o dispositivo de uma operação de poder soberano (de certo modo, apresentando traços, ainda que parciais, de um exercício de biopoder) em que o indigenato, marcado pelos redundantes traços diabólicos e extra-edênicos, pelos seus excessos censuráveis sobretudo no plano moral, é trasladado para o mundo infernal, misturado com o universo paradisíaco. A exceção infernal não invalida, mas, aliás, sanciona a existência de um contexto paradisíaco, reservado aos colonos.

É interessante notar a modernidade desse processo de construção de mecanismos excludentes, a partir de uma reterritorialização simbólica, baseada no poder das representações culturais. A paisagem, assim recriada e *visualizada*, revela como na exposição – na exceção representacional – da natureza o índio sujeitável sofre, antes e em vista da exclusão, o seu apagamento como símbolo – depois como signo – que o poderia tornar visível e não sacralizável. Ou seja, a paisagem, textual e territorial, de Gândavo, não mostra somente o seu caráter performativo e pedagógico para o funcionamento da colônia, mas exhibe também outra dimensão em jogo precocemente moderna: a visibilidade possui um eixo não só funcional, mas ontológico com a invisibilidade (TURRI, 2004, p. 67), tanto que o que se vê é parcial em relação ao mundo sensível. A obra de Gândavo se configura como um uso seletivo da dialética visível e invisível, como uma tecnologia política que constrói a condição de *sacratio* para o indígena, já convertido no plano “correcional” de um projeto retoricamente pedagógico, que se alimenta do uso integral e do consumo do seu corpo, ou seja, a escravidão.

O índio escravizado representa, na constelação dos discursos de Gândavo, tanto a causa da riqueza para os moradores da Capitania:

E a primeira cousa que pretendem acquirir, são escravos para nellas lhes fazerem suas fazendas e si huma pessoa chega na terra a alcançar dous pares, ou meia duzia delles (ainda que outra cousa nam tenha de seu) logo tem remedio para poder honradamente sustentar sua familia: porque hum lhe pesca e outro lhe caça, os outros lhe cultivão e grangeão suas roças e desta maneira nam fazem os homens despeza em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. (GÂNDAVO, 1984, fl. 14-15)

Quanto, também, a causa dos males da colônia, como observa no *Tratado da terra do Brasil*,

huma das cousas porque o Brasil não floresce muito mais, he pelos escravos que se alevantarão e fugirão pera suas terras e fogem cada dia: e se estes indios não forão tam fugitivos e mudaveis, não tivera comparação a riqueza do Brasil. (GÂNDAVO, 1980, p. 38)

O duplo signo do escravo, base e também obstáculo ao crescimento harmonioso e à prosperidade da colônia, está já constituído dentro da história e fora da natureza. A deslocação indispensável para fundar, no plano escorregadio da paisagem natural e antrópica da colônia, a relação despótica fundadora, antecede outra deslocação maciça que substituirá o índio com o negro pelo canal do Atlântico Sul. Mas o gesto político sobre a vida biológica, a exclusão inclusiva do outro, já está plenamente realizado por uma tecnologia de certo modo adiantada, se considerarmos o caráter institucional e juridicamente arcaico da colonização. O Brasil, de fato, não está longe daqui.

### **CIVILIZAÇÃO, NATUREZA E IMIGRAÇÃO: A PRODUÇÃO DE UM AMBIENTE ECONÔMICO-SUSTENTÁVEL**

A discussão sobre a preservação da natureza e do meio ambiente, a qual se constitui em um elemento central dos debates contemporâneos, inclusive dos jogos de *empowerment* entre os países identificados como industrializados, emergentes e pobres, muito nos fala sobre as idiossincrasias da sociedade hodierna, que considera a preservação ambiental como um objeto do mercado de consumo. De certa maneira, como destaca Ottavio Marzocca, a questão ambiental, mesmo tendo sido enriquecida com a dimensão da preservação da natureza e com os questionamentos acerca das formas de sua exploração, ainda traz consigo uma forte impronta tecno-burocrática e economicista, a qual pauta o discurso atual:

Com isso, atinge-se um nível de cientismo suficiente para reconduzir a questão ambiental aos limites de uma conservação tecnocrática e economicista da natureza enquanto ‘fundo utilizável’ ou ‘capital natural’. (MARZOCCA, 2006, p. 25)

A própria conferência de Copenhague está dando mostra dessa percepção contemporânea sobre a esferal natural, a qual impregna o mundo da vida, mas – ao mesmo tempo, e talvez por isso – participa de uma dinâmica internacional de disputa de poder. As discussões que estão sendo travadas sobre o meio ambiente trazem em seu bojo uma forte perspectiva nacional, ou de blocos de poder, sendo marcadas por interesses individualizados de

Estado, os quais se colocam acima e além da coletividade. Pode-se dizer que o meio ambiente sofre uma mesma dinâmica discursiva presente nos debates sobre cidadania, apresentando-se como um elemento da coletividade, mas que se transforma em ato exclusivo de grupos.

A experiência (ou a leitura) contemporânea sobre a natureza não foge a um percurso histórico, o qual remonta ao século XVIII, e que percebe o ambiente natural como lugar da domesticação, do assujeitamento. Como nos fala Isabel Carvalho (2009), em uma relação de contraditório entrecruzamento, a tradição ambiental vai se forjando, trazendo consigo a valorização da natureza, mas, também, a sensação de ameaça e o empenho em sua dominação. Nesse sentido, o discurso moderno estará marcado por uma percepção da natureza como ameaça, como representação do indomável, em contraposição ao processo civilizatório:

A natureza como domínio do selvagem, ameaçador e esteticamente desagradável em contraposição à civilização é a interpretação que está na base do ethos moderno antropocêntrico. [...] A idéia de civilidade e cultura era então construída como o pólo oposto da esfera associada à natureza, ao selvagem, à barbárie, à desrazão e à ignorância. (CARVALHO, 2009, p. 139)

Com isso, o espaço ocupado pela natureza em finais do século XIX, momento do apogeu da imigração europeia de massa para o Brasil, é marcado pela dimensão da ocupação, do controle, da domesticação, da apropriação. De um lado o discurso é marcado pelo processo civilizador destacado por Nibert Elias, que pressupõe o controle sobre os movimentos e a sujeição dos elementos representativos de uma percepção de barbárie (ELIAS, 1994). De outro, retoma-se a ideia de Marzocca, entendendo que o processo de apropriação da natureza também se constitui em uma dinâmica de expansão do capitalismo, que percebe no espaço “vazio” – aquele que não sofre a ação produtiva do homem – um lugar que deve ser conquistado e dominado, transformado em “capital natural”. A expansão sobre o deserto na Argentina de finais do Oitocentos, assim como a ocupação promovida pela pelo governo imperial brasileiro, guardadas as proporções, trazem em si a inserção dos espaços não controlados do Estado Nacional nas dinâmicas capitalistas. Segundo Marzocca, o ambiente ao qual se refere desde muito cedo o governo liberal faz referência a uma natureza que encontra seu fim último nos processos de circulação de mercadorias e pessoas. (MARZOCCA, 2006)

De acordo com a política imperial brasileira, pensando na burocracia de Estado, o processo imigratório – marcado pela vinda de populações europeias, entendidas como o imigrante ideal – seria o instrumento para o aprimoramento racial da população. A partir de uma série de medidas que objetivavam o branqueamento da população brasileira e

a regeneração de uma nação que se apresentava como mestiça, o Estado vai facilitar e incentivar a formação de pequenas comunidades agrícolas no sul do Brasil. Dessa maneira, buscava-se uma “melhora” moral da população nacional, mas, ainda, a ocupação territorial e a inserção dessas regiões em uma dinâmica de mercado (Beneduzi, 2005). O imigrante irá funcionar como um instrumento da política do Estado para os primeiros passos de um projeto que se enquadraria em uma política eugênica de elaboração de um corpo social racialmente saudável.

No entanto, esse processo de “conquista da terra” acontecia em uma dinâmica de apropriação do ambiente natural, o qual era domesticado e civilizado com a construção de símbolos de reconhecimento – igrejas, capitéis, campanários – em uma re-elaboração da cartografia regional. Além disso, esse espaço “vazio” era ocupado por populações indígenas, que não tinham sido apropriadas pelo processo de inserção do Estado no mercado internacional, constituindo-se em indivíduos e zonas improdutivas. Nesse sentido, tanto sob a perspectiva de aproveitamento do espaço quanto pela relação de assujeitamento econômico das populações locais – o que se constitui em uma realidade entrecruzada – a imigração e a civilização do espaço natural representavam um acréscimo econômico ao Império Brasileiro.

Por outro lado, os imigrantes – no caso específico deste estudo, italianos – que chegavam ao Brasil, tinham como elemento chave de seu deslocamento o desejo de se tornarem proprietários de terra (posição muito valorizada na realidade italiana do último quartel do século XIX) e um projeto de ascensão social. Dessa forma, tornar a terra produtiva era uma condição essencial a esses grupos, e isso significava adquirir o controle sobre o espaço natural, visto que eram enviados em meio à floresta. Aliás, a memória que se constrói sobre a dinâmica migratória, especialmente representada no álbum comemorativo dos cinquenta anos da imigração italiana no sul do Brasil, destaca essa marca epopeica da vitória do imigrante sobre a mata virgem e sobre o selvagem, reproduzindo um discurso que destaca o ato civilizatório para o qual o colono italiano era chamado. (CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD, 1925)

Partindo de uma das percepções que Marzocca (2006a) informa sobre a biopolítica, de que ela representa as intervenções instauradas na relação entre os homens e o ambiente, também em processos de urbanização, essas ações relatadas, e que serão aprofundadas a seguir, fazem parte dessa gama de ações estatais que se apresentam enquanto mecanismos de controle das diversas dimensões do *bios*. A ocupação dos territórios “vazios” de civilização e desapropriação das populações indígenas entram na dinâmica de uma busca da realização

do bem-comum, entendido como o bem da nação, como a qualificação racial e moral do povo brasileiro. Segundo Fonseca (2008), é essa busca do bem-comum que justifica ações que revertem a legalidade, pois se age em prol de uma melhoria que beneficia – ao menos teoricamente – a coletividade:

O bem-comum, abstração construída acima das singularidades imanentes, sobrecodificando-as a partir do bom-senso e do senso-comum, é o que garante o *status* de legalidade às práticas que revertem os limites da legalidade. Posto que é pelo bem-comum que certas necessidades, certas urgências, despontam como justificativas do senso-comum através do bom-senso, em prol do bem-geral (FONSECA, 2008, p. 35).

Deve-se acrescentar, para melhor compreender a questão específica do branqueamento como um bem-comum e como um benefício à coletividade, tanto uma breve percepção foucaultiana sobre a categoria da veridicação quanto uma pequena análise sobre a discussão científica de finais do século XIX, sobre as hierarquias raciais. No que se refere ao primeiro ponto, destaca-se que a percepção de Foucault sobre o regime de veridicação vincula-se a um entendimento do mesmo com um conjunto de regras que possibilitam a caracterização de determinados enunciados como verdadeiros ou falsos; portanto, insere-se em um certo direito de verdade, o qual é marcado pela elaboração de um discurso autorizado, por um saber-poder (FOUCAULT, 2004). O segundo ponto, dessa forma, é complementar, pois se refere a um determinado conjunto de enunciados científicos que fizeram parte do discurso da antropologia física e da eugenia na virada dos séculos XIX e XX, os quais classificavam, a partir de uma percepção darwinista, os seres humanos. Partindo da categoria de raça, esses saberes construíam uma tipologia moral e qualificavam a capacidade de desenvolvimento de um povo: quanto mais caucasiano-europeu, mais evoluído. A percepção racial se transformava em um paradigma para compreender o processo evolutivo, sendo misturadas questões sócio-econômicas e culturais como participes de uma mesma dinâmica analítica, que colocava como modelo e referência a sociedade europeia e eurocêntrica. (BENEDUZI, 2004)

A aplicação dessa concepção evolucionista e qualificadora da população brasileira, a partir da intervenção racial e cultural do imigrante europeu, vai ser observável em uma expansão da civilização sobre a barbárie (as comunidades locais) e na vitória do homem sobre a natureza. Em última análise, era a civilização que se interiorizava no Brasil de finais do século XIX. Em uma atualização da figura do pioneiro e do desbravador, participando da elaboração de um novo mito da fronteira, o imigrante embrenha-se na mata, explora-a economicamente e encaminha o processo civilizatório.

Essa necessidade de qualificação racial justifica as ações armadas contra as populações indígenas e naturaliza a eliminação destes indivíduos que resistem ao progresso econômico e humano que vem com o imigrante-pioneiro-colonizador. O próprio termo utilizado para representar a imigração, ou seja, colonização, conduz imageticamente – tendo presente uma perspectiva de continuidade e descontinuidades – ao processo inicial de chegada dos portugueses ao país e a um contexto semântico marcado pelas ações de alastrar-se, propagar-se, invadir. Assim, o colono – encarnando as ações que estão representadas no conteúdo último do termo – cumpre o ato domesticador que conduz a uma exploração economicamente sustentável do antigo espaço das terras devolutas.

Esse discurso pode ser criptonalizado em uma foto de finais do século XIX, na qual um grupo de homens brancos – imigrantes italianos – posa para uma fotografia coletiva, exibindo armas, cestos, miçangas e crianças indígenas. Contemporaneamente, têm-se duas análises importantes sobre a referida imagem, uma publicada em Brunello (1994), e a outra em Vangelista (2006). Partindo de pontos diferentes de observação e apresentando algumas conclusões que se contrapõem, os autores buscam compreender essas dinâmicas de leitura do processo migratório presentes em zonas de fronteira. No entanto, e esta será a interpretação que se pretende fazer da imagem que aparece logo abaixo, eles não se detêm na busca de uma compreensão do discurso

civilizador e da apropriação da natureza que se insere em seu bojo, presentes nos símbolos que se entrecruzam na narrativa imagética deste pseudo retorno de uma caçada.

Os dois autores têm contato com a imagem,<sup>2</sup> a partir de fontes diferentes: Brunello encontra-a em um livro publicado em 1882, o qual narra a história de uma cidade da província de Trento; Chiara Vangelista, diferentemente, utiliza a mesma imagem, mas publicada, em 1904, pelo padre Luigi Marzano, em um seu livro: “Coloni e missionari italiani nelle foreste del Brasile”. A própria legenda da imagem é apresentada de maneira diversa em cada uma das versões: na primeira explicação utilizada em Brunello (1994), a foto é nomeada como “Grupo de trentinos no Brasil. Retorno de uma caçada. Troféus e Prisioneiros”; na segunda, Vangelista (2006), a denominação é “Volta da Floresta com três pequenos selvagens”. Somente essas poucas informações já permitem fazer algumas inferências sobre a leitura, mesmo que o ambiente apresentado não sofra alterações, pois sempre se está falando da floresta.

A ideia que perpassa o título inserido na foto de Brunello destaca justamente o elemento “colonização”, pois marca a dimensão de expansão sobre o território, ocupação do espaço e assujeitamento dos grupos rivais pré-existentes. Entre troféus e prisioneiros – mesmo sendo constituídos por crianças indígenas – vai se edificando a empresa colonizadora e europeizadora no sul

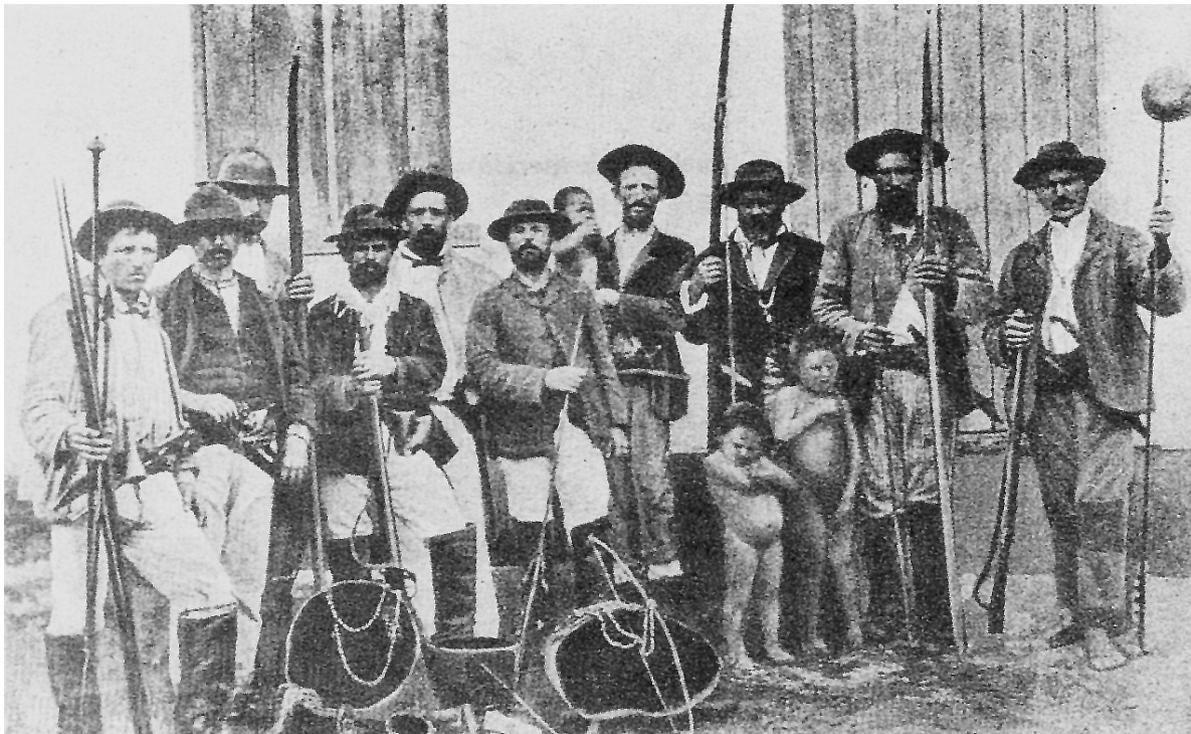


Figura 1

do Brasil.<sup>3</sup> Diferentemente, na versão utilizada por Chiara Vangelista, mesmo faltando alguns elementos cênicos que identifiquem a retórica de “levar a civilização”, pois as crianças indígenas são apresentadas nuas, o ato de retornar com “três pequenos selvagens” traz à memória a obra missionária e civilizatória típica das missões europeias da *Belle Époque*. A narrativa da primeira conduz o pensamento à experiência colonizadora da “espada” e da dominação pela força, com prisioneiros e espólio de guerra. Na segunda, mesmo produzindo uma dinâmica de controle, esta envolve explicitamente a dimensão psicológica e espiritual, reportando à experiência da “cruz”, pois os pequenos índios são uma representação do “bom selvagem” que deve ser conduzido à fé cristã, em última análise, deve ser cristianizado. De maneira diversa, mas em ambos os casos, o fim último está vinculado ao processo de inserimento dessas populações no mundo civilizado, em uma situação de subordinação, embora no primeiro fique muito clara a dimensão de ocupação física da terra por parte dos colonos. Entendido como inimigo a ser vencido, ou como incapaz a ser tutelado, o índio e a natureza devem ser subjugados e inseridos no processo civilizatório.

Brunello apresenta poucas informações acerca da fotografia, ou melhor, sobre o seu contexto de produção, informando apenas o lugar onde a mesma foi encontrada. Nesse sentido, sua análise identifica a fotografia com uma representação de um momento vivido pela comunidade e, mesmo compreendendo-a no plano do imaginário, entende-a enquanto um registro das atividades do grupo de trentinos no extremo-sul do Brasil. Todavia, essa não vai ser a mesma trilha seguida por Chiara Vangelista, que se servirá de uma fonte mais próxima ao momento do ato fotográfico. Analisando-a ao interno do conjunto de imagens apresentadas pelo padre Luigi Marzano, a autora identifica essa, mas também outras imagens utilizadas pelo sacerdote, como construções efetivas de um falso, compreendido no sentido profundo da palavra. A imagem sofre um processo de re-elaboração posterior, no qual foram inseridas as crianças indígenas, as quais – se o leitor observa com atenção – foram pintadas sobre a fotografia revelada. Efetivamente, produziu-se uma fotomontagem, com elementos muito comuns àquele momento histórico, pois era corrente o hábito de colorir as fotografias e misturar as duas formas de representação imagética do real (PESAVENTO, 2006).

O grande elemento que distancia as interpretações de Vangelista e Brunello está presente na percepção de qual tipo de documento representa a referida fotografia, pois – na visão da historiadora – aquela situação representada na imagem jamais aconteceu, aqueles indivíduos jamais partilharam daquele espaço narrado imagetivamente pela fotografia:

As duas fotografias citadas [ela fala também da capa do livro de Marzano] não representam o que se passou em um instante colocado no tempo real. Nunca foi assim: [...] as duas crianças nunca estiveram no meio daquele grupo de homens, no momento em que a fotografia foi tomada. (VANGELISTA, 2006, p. 62)

A questão que se coloca, da verdade representada na fotografia, elemento que, desde o princípio, separa o ponto de partida das leituras de Brunello e Vangelista, não se constitui em um composto que invalida a narrativa do passado presente na fotografia. Como diz a própria historiadora, os fragmentos inseridos acabam representando símbolos que, ao manipularem o documento, concedem-lhe um valor especial. Pode-se ir além, esses signos e significados, acrescentados ao “real” fotografado, permitem uma compreensão mais profunda dos elementos simbólicos que interconectavam o imaginário italiano peninsular e aquele dos colonos presentes no Brasil. A imagem está inserida em uma comunidade de sentidos que une esses dois lados do oceano e que norteia uma questão de fundo das imagens produzidas por Marzano: buscar contribuições para armar os colonos em sua empresa civilizadora. Sim, na obra de padre Luigi, diferentemente do título da imagem, não se busca apenas a “cruz”, mas essa está entrelaçada intimamente com a dimensão da “espada” (ou aquela, da espingarda).

O processo de inserção das crianças índias na fotografia – pensando sempre nessa relação entre ocupação do território indígena e a domesticação do ambiente natural, com a exclusão ou incorporação excludente dos indivíduos que nele vivem, por estarem fora do *ethos* civilizatório – pode ser entendido como uma metáfora do encontro entre os imigrantes italianos e os “selvagens” autóctones. A população local deve aceitar um lugar subalterno e de encaixe, como as crianças pintadas na fotografia, no ambiente civilizado que os imigrantes estão construindo, resignando-se a uma função complementar na produção de uma economia capitalista de pequena propriedade, da qual eles serão deixados fora. Os pequenos índios estão presentes na fotografia quase como objetos deslocados, incluídos e excluídos do contexto fotográfico, pois – mesmo participando de um mesmo espaço-tempo, construído na montagem da fotografia – não participam de um mesmo código de gestos e vestimentas, continuam despidamente exóticos, em um ambiente europeizado, composto por botas, camisas, chapéus e espingardas.

Vista por outro ângulo, a presença destas crianças é sinal de uma ausência: o que teria acontecido com seus genitores? É possível ler, para além da vontade de representação do padre Marzano ou dos festejamentos destacados por Brunello, nos quais a fotografia se insere, o efeito último do processo de colonização dos espaços “vazios” do sul Brasil, nos lugares onde se dá o confronto

entre a civilização e a natureza, o fenecimento desta última. Essas imagens pintadas podem ser um signo de um desaparecimento, da morte física de indígenas, que foi parte dos confrontos civilizatórios. De qualquer forma, estava sendo construído um povo mais forte e mais branco, e a destruição atingia grupos que se encontravam no limiar da cidadania, não compartilhando e nem tampouco experimentando em profundidade esse conceito.

O indígena incorporado à fotografia também é um emblema da forma como a natureza vai sendo integrada no processo de ocupação territorial do sul do Brasil. Recortado e deslocado, o ambiente natural vive uma dinâmica de domesticação, transformando-se, pelas mãos do imigrante-colono, em um espaço economicamente sustentável, de acordo com a percepção capitalista de finais do século XIX. A terra mais uma vez é apropriada em um processo de regeneração econômico-cultural, o qual visa à contínua inclusão do Brasil em uma modernização desenhada dentro da experiência capitalista. Os novos homens da fronteira, os novos exploradores e pioneiros, que estão “expandindo” o território nacional, uma dinâmica de apropriação, dão continuidade a um procedimento comum na história do Brasil: a marginalização do outro ou a sua exclusão inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A marca da não-exclusão caracterizou frequentemente as leituras sobre a formação do Brasil e da sociedade brasileira, funcionando como estratégia construtora de uma percepção de nação multirracial integrada: o mito da democracia racial. Nesse contexto, a natureza operou como elemento colante de uma ideia de brasilidade, fundada na representação de um ambiente exuberante e luxuriante, instalado em uma cordialidade tropical. Buscar (re) percorrer alguns roteiros de leitura sobre as representações do Brasil e sobre o seu processo formativo significa transitar – observando continuidades e descontinuidades – por processos dissimulados de exclusão, marcados tanto por um discurso da produção de civilização quanto por uma fala sacralizadora/dessacralizadora do ambiente entendido como natural.

Quer no contexto colonial quer naquele da colonização de finais do século XIX, o índio tem uma missão definida: ele deve deixar de ser, para poder ser. Para poder entrar na condição de *sacer*, ele deve se sujeitar à dinâmica colonial, que o coloca como representação do paraíso e como construtor, através da sua força de trabalho, do paraíso modelar luso-europeu. No caso do século XIX, esse mesmo índio deve se deixar civilizar, aceitando o peso do processo de expansão do capitalismo e se inserindo de maneira subordinada na dinâmica de alastramento da

ocupação colonial. Em ambos os casos, a natureza real e aquela idealizada, o indígena real e aquele sacralizado são dissociados; efetivamente, o primeiro será objeto da ação desordenadora (em uma dinâmica de construção da ordem) do biopoder, e o segundo será o elemento modelar representativo da nação: um índio branqueado e apagado de sua “indianidade”.

O outro, aquele que sofre a ação de uma exclusão inclusiva, (a natureza e o indígena entram com muita propriedade nesta categoria) aparece na história brasileira como ameaça e recurso: meio que deve ser controlado, vencido e subjogado para gerar crescimento e riqueza. Em alguns momentos, inclusive, deve ser sacrificado para e pelo “o bem-comum”, pois a sua não-existência concreta – mas como imaginário e representação – colabora para o fortalecimento dos projetos colonial e nacional. O Estado português colonial, o Império e a República construíram um processo de aniquilamento de tudo o que se encontrava fora do “programa” ideal, e dos interesses materiais, de desenvolvimento do território, buscando constantemente a inserção e a aceitação em um universo europeizado de pensamento.

A pedagogia colonial, que deixa seu lastro naquela imperial, trabalhou, como pudemos observar, em um interstício discursivo, em um não-ser da construção do índio, entre o emblema e o escravo ou escravizável. O autóctone sacralizado significava força em um processo de construção identitária, justificando a expansão e ocupação do território; diferentemente, aquele de “carne e osso” representava a degeneração, a não-civilização e a natureza ameaçadora. Ao fim e ao cabo, ao mesmo tempo tão perto e tão longe das populações que foram ocupando o Brasil, índio e natureza encontravam-se inexoravelmente apartados do progresso da sociedade – eram bárbaros incuráveis que deveriam ser isolados – ou apagados – para evitar a degeneração social.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer**. Il potere sovrano e la nuda vita. Torino: Einaudi, 1995.
- ALENCASTRO, Luis Felipe. **O Trato dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. O Atlântico Pardo. Antropologia, pós-colonialismo e o caso “lusófono”. In: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (coords). **Trânsitos coloniais**: diálogos críticos luso-brasileiros. Lisboa: ICS, 2000. p. 23-37.
- ARENDETT, Hannah. **Vita activa**. La condizione umana. Milano: Bompiani, 1988 [1958].
- BENEDUZI, Luis Fernando. **Mal di Paese**: as reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde d’Eu (1884-1925). (Tese de Doutorado) – PPGHistória/UFRGS, Porto Alegre, 2004.

- \_\_\_\_\_. A conquista da terra e a civilização do Gentilis: algumas imagens da imigração italiana no Rio Grande do Sul. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 21/22, p. 171-194, 2005.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRUNELLO, Piero. **Pionieri**. Gli italiani in Brasile e il mito della frontiera. Roma: Donzelli, 1994.
- CARVALHO, Isabel de Moura. Paisagem, historicidade e ambiente: as várias naturezas da natureza. **Confluente – Revista di Studi Iberoamericani**, Bolonha, v. 1, n. 1, p. 136-157, maio 2009.
- CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD. **La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud**. Porto Alegre: Barcellos, Bertaso e Cia/Livraria do Globo, 1925.
- CUTRO, Antonella (org.). **Biopolitica**. Storia e attualità di un concetto. Verona: Ombre Corte, 2005.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- ESPOSITO, Roberto. **Bíos**. Biopolítica e filosofia. Torino: Einaudi, 2004.
- FONSECA, Tania Maria Galli et al. Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 31-45, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Domande a Michel Foucault sulla geografia. In: FONTANA, Alessandro; PASQUINO, Pasquale (orgs.) **Microfisica del potere**. Interventi politici. Torino: Einaudi, 1977 [1976]. p. 147-161.
- \_\_\_\_\_. **La volontà di sapere**. Storia della sessualità 1. Milano: Feltrinelli, 1988 [1976].
- \_\_\_\_\_. **Naissance de la biopolitique**. Cours ao Collège de France, 1978-79, Gallimard-Seuil, Paris 2004.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **História da Província d Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**. Ed. Facsimilada. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984 [1576].
- \_\_\_\_\_. **Tratado da terra do Brasil**. História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. Belo Horizonte-São Paulo: Itatiaia-EDUSP, 1980.
- LOURENÇO, Eduardo. **O labirinto da saudade**. Psicanálise mítica do destino português. 5. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- MARZOCCA, Ottavio. Ambiente. In: BRANDIMARTE, R. et al. **Lessico di Biopolitica**. Roma: Manifestolibri, 2006. p. 21-27.
- \_\_\_\_\_. Biopolítica. In: BRANDIMARTE, R. et al. **Lessico di Biopolitica**. Roma: Manifestolibri, 2006b. p. 50-56.
- PESAVENTO, Sandra. Imagem, memória, sensibilidade: territórios do historiador. In: RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra. **Imagens na História**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 17-34.
- PIZZORUSSO, Valeria Bertolucci. Uno spettacolo per il re: l'infanzia di Adamo nella "Carta" di Pero Vaz de Caminha. **Quaderni Portoghesi**, v. 4, p. 49-81, 1978.
- SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé (Dupla leitura de Triste fim de Policarpo Quaresma). In: **Vale quanto pesa** (ensaios sobre questões político-culturais). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 163-181.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Onze teses por ocasião demais uma descoberta de Portugal. In: **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 7. ed. Porto: Afrontamento, 1993. p. 49-137.
- \_\_\_\_\_. Entre Próspero e Caliban: Colonialismo, Pós-colonialismo e Inter-identidade. In: **A gramática do temo**. Para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006. p. 227-276.
- SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a terra de Santa Cruz**. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- TURRI, Eugenio. Il paesaggio e il silenzio. Venezia: Marsilio, 2004.
- VANGELISTA, Chiara. História e Fotografia. Narrativas de um espaço de colonização: Uruçanga. In: RAMOS, Alcides; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra. **Imagens na História**. São Paulo: Hucitec, 2006. p. 47-63.
- VECCHI, Roberto. Império português e biopolítica: uma modernidade precoce? In: MEDEIROS, Paulo de (org.). **Postcolonial Theory and Lusophone Literatures**. Utrecht: Universiteit Utrecht, 2007. p. 177-191.
- VIRNO, Paolo. **Il ricordo del presente**. Saggio sul tempo storico. Torino: Bollati Boringhieri, 1999.

## NOTAS

<sup>1</sup> Apesar de surgir de uma discussão comum que se dilui na introdução e no desfecho do ensaio em coautoria, os dois textos centrais ressentem das ideias e abordagens de seus autores. O ponto 2. "Colonização/colonizações: conceitos e inícios" foi elaborado por Roberto Vecchi e o ponto 3. "Civilização, natureza e imigração: a produção de um ambiente econômico-sustentável" foi desenvolvido por Luis Fernando Beneduzi.

<sup>2</sup> A imagem utilizada na página anterior foi extraída de Brunello (1994, p. VI)

<sup>3</sup> Ainda que a foto seja específica da região de Uruçanga, em Santa Catarina, pode ser pensada enquanto um emblema dessas relações entre italianos e população autóctone, no processo de ocupação da terra, em finais do século XIX.